


PUBLICAÇÃO DE NOTÍCIAS LEGAIS

EDIÇÃO NACIONAL




### EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 04.149.295/0001-13 - NIRE nº 3.530.055.495-7

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de Junho de 2025**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 1º de junho de 2025, às 14:00 horas, na sede social da EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 6, Lapa de Baixo, Cep 05069-900. **2. Convocação e Presença:** Presente a acionista EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A., que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação desta Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral"), nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Andre Renno Oliveira Costa, que nomeou a Sra. Michele Aline Cardoso Peres para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** O Sr. Presidente da Mesa informou a todos que a presente Assembleia tinha por finalidade definir o número de membros do Conselho de Administração e deliberar sobre a eleição dos Conselheiros de Administração da Companhia para um novo mandato. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral, a acionista autorizou a lavratura da Ata desta Assembleia Geral na forma de sumário, nos termos do artigo 130, da Lei das Sociedades por Ações e, dando prosseguimento aos trabalhos, a acionista decidiu: **5.1.** Tendo em vista o vencimento do mandato do Conselho de Administração da Companhia, a acionista aprovou a definição do número de 05 (cinco) membros como sendo o número total de Conselheiros efetivos para compor o Conselho de Administração da Companhia, e a eleição dos seguintes membros para um novo mandato unificado de 01 (um) ano, com efeitos a partir de 01 de junho de 2025 e vigente até o dia 01 de junho de 2026, permanecendo vago um cargo de Conselheiro de Administração da Companhia, tendo sido eleitos(a) os(as) Senhores(as): **(i) Sr. João Manuel Brito Martins**, português, casado, economista, portador do documento de identidade nº 4.496.045-E5 – SESP/ES, inscrito no CPF/MF sob nº 233.315.238-95, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, São Paulo/SP, para ocupar o cargo de **Presidente do Conselho de Administração**; **(ii) Sr. Andre Renno Oliveira Costa**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 33447571 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 335.096.778-70, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial localizado na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo - São Paulo/SP, CEP 05069-900, para ocupar o cargo de **Vice-Presidente do Conselho de Administração**; **(iii) Sra. Maria Marta de Figueiredo Geraldes**, portuguesa, divorciada, economista, portadora do RNM nº B047080E, inscrita no CPF/MF sob o nº 100.150.021-01, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Sala 6, Lapa de Baixo, São Paulo/SP, CEP 05069-900, para ocupar o cargo de **Conselheira de Administração**; **(iv) Sr. Carlos Emanuel Baptista Andrade**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 1.669.133 SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 364.349.064-04, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Sala 6, Lapa de Baixo, São Paulo/SP, CEP 05069-900, para ocupar o cargo de **Conselheiro de Administração**; e **(v) Sr. Pedro Rafael de Sampaio e Melo Neves Ferreira**, casado, engenheiro, titular do Passaporte da República Portuguesa n.º C541693, emitido pelo SEF em 22.09.2017, com domicílio profissional na Avenida 24 de Julho, nº 12, 1249-300, Lisboa-Portugal, para ocupar o cargo de **Conselheiro de Administração**. **5.1.1.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos, por declaração própria, tomaram ciência de suas eleições e as aceitaram declarando não estarem incorso em nenhum crime que os impeçam de exercerem atividades mercantis, atendendo assim aos requisitos legais para o exercício do referido cargo, conforme termos de posse arquivados na Companhia. **5.1.2.** Nesta oportunidade, a acionista externou um agradecimento às valiosas contribuições do Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz enquanto Presidente do Conselho de Administração, que desenvolveu um trabalho meritório para o crescimento da Companhia. Em seguida, a acionista desejou ao Sr. João Manuel Brito Martins um mandato de sucesso e de grandes realizações como Presidente do Conselho de Administração da Companhia. **6. Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à impressão desta ata em lote de folhas soltas, em forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a qual após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **Presidente da Mesa:** Sr. Andre Renno Oliveira Costa. **Secretária da mesa:** Sra. Michele A. Cardoso Peres. **Acionista:** EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. *Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original.* **Michele Aline Cardoso Peres** - Secretária da Mesa. JUCESP nº 300.828/25-1 em 21/08/2025. Aloisio E. Soares Junior. Secretário Geral em Exercício.



### G2L LOGÍSTICA S.A.

CNPJ nº 29.081.285/0001-43 - NIRE 35300626389

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**1. Data, hora e local:** 07/07/2025, às 11h, na sede da Companhia, localizada na Avenida Tamboré, 267, 21º Andar, Edifício Canopus Corporate Alphaville, Conjunto de Escritório 211 A, 21º Andar, Bairro Tamboré, CEP 06460-000, Barueri, SP. **2. Convocação e presença:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Daniela Derzi Barretto; e Secretária: Beatriz Bueno Silva. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre a (i) alteração da redação do *caput* do artigo 12 do Estatuto Social e, por consequência, a alteração da redação do §2º do artigo 14; (ii) revogação do mandato de membro da Diretoria; (iii) eleição de membros da Diretoria; (iv) alteração das redações do §1º e do item "f" do §3º do artigo 17 do Estatuto Social; e (v) consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão das alterações propostas nos itens anteriores. **5. Deliberações:** Os acionistas, pela totalidade dos participantes e sem ressalvas, aprovaram: **5.1.** Lavrar a ata em forma de sumário. **5.2.** Alterar a redação do *caput* do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia a fim aumentar o número de membros da composição da Diretoria, passando a vigor conforme redação abaixo: **"Art. 12. A Diretoria será composta de 2 (dois) a 6 (seis) membros, sendo, a menos, 1 (um) Diretor Superintendente. Os demais não terão designação específica."** **5.2.1.** Por consequência da alteração aprovada acima, alterar a redação do §2º do artigo 14 do Estatuto Social, nos seguintes termos: **"Art. 14. [...] §1º. [...] §2º. Os demais Diretores serão responsáveis pelo desenvolvimento e realização dos objetivos da Companhia e exercerão a coordenação operacional dos diversos negócios, buscando maximizar sinergias e resultados."** **5.3.** Revogar o mandato do Sr. Marcos Assunção Bagnoletti ao cargo de Diretor Executivo da Companhia, a contar de 04/07/2025. **5.4.** Eleger, como membros da Diretoria da Companhia, sem designação específica: (i) **João da Mata Barrozo**, brasileira, casada, contadora, CIN 308.455.938-46, como Diretora; (ii) **Viviane Castanho de Freitas**, brasileira, casada, psicóloga, RG nº 24.512.004-0 SSP/SP, CPF nº 136.338.078-88, como Diretora; e (iii) **Carlos Alexandre Rabito**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 6.130.065-1 SSP/PR, CPF nº 018.595.499-50, como Diretor; todos com endereço profissional localizado a Avenida Tamboré, 267, Edifício Canopus Corporate Alphaville, Conjunto de Escritório 211 A, 21º Andar, Bairro Tamboré, CEP 06460-000, para gestão de mandato unificado até a data da assembleia geral ordinária que será realizada em 2026, refletindo na consolidação da composição da Diretoria conforme quadro abaixo.

Diretoria	
Elder Rapachi	Diretor Superintendente
Joice da Mata Barrozo	Diretora
Viviane Castanho de Freitas	Diretora
Carlos Alexandre Rabito	Diretor

Os termos de posse e as declarações de desimpedimento, assinados pelos Diretores eleitos, constam anexos à presente Ata e ficarão arquivados na sede da Companhia. **5.5.** Alterar as redações do §1º e do item "f" do §3º do artigo 17 do Estatuto Social, para ajustar a alçada e forma de representação da Companhia, passando a contar com os seguintes textos: **"Art. 17. [...] §1º. A Companhia será representada necessariamente pelo Diretor Superintendente em conjunto com 1 (um) dos demais Diretores ou com 1 (um) procurador, na prática de quaisquer atos que envolvam a Companhia em obrigações, de qualquer natureza, acima de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais). [...] §3º. Na constituição de procuradores observar-se-ão as seguintes regras: I. As procurações deverão ser outorgadas pelo Diretor Superintendente em conjunto com qualquer 1 (um) dos diretores; [...] §6. Consolidar o Estatuto Social da Companhia, em razão das deliberações ora aprovadas, como consta anexo à presente Ata. **6. Encerramento:** Nada mais foi tratado. Barueri, SP, 07 de julho de 2025. Mesa: Daniela Derzi Barretto (Presidente), Beatriz Bueno Silva (Secretária), Acionistas: Gerdau Next S.A., representada por Beatriz Bueno Silva (procuradora); e Gerdau Aço Longos S.A., representada por Daniela Derzi Barretto (procuradora). *Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio.* Beatriz Bueno Silva - Secretária.**



### EDP Transmissão Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 25.022.221/0001-91 - NIRE nº 3530054372-6

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2025**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 01 de Junho de 2025, às 18:00 horas, na sede social da EDP TRANSMISSÃO LITORAL SUL S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 37 Lapa de Baixo, São Paulo/SP. **2. Presença:** A reunião do Conselho de Administração foi instalada com a presença do Presidente do Conselho de Administração Sr. João Manuel Brito Martins; do Vice-Presidente do Conselho de Administração, Sr. Daniel Brudeir Silveira Sarmiento; e da Conselheira Sra. Maria Marta de Figueiredo Geraldes, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. João Manuel Brito Martins, que escolheu o Sr. Gabriel Monteiro dos Santos para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** O Sr. Presidente esclareceu que a reunião tinha por finalidade deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Iniciados os trabalhos, os membros do Conselho de Administração deliberaram o quanto segue: **5.1.** Tendo em vista o vencimento do mandato da atual Diretoria da Companhia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, aprovaram a eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia para um novo mandato unificado, com efeitos a partir da presente data e vigente até a realização da primeira Reunião do Conselho de Administração a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária que apurar as contas de 31 de dezembro de 2025, tendo sido eleitos os Senhores: **(i)** Sr. Daniel Brudeir Silveira Sarmiento, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 44.959.207-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 369.626.458-05, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, para o cargo de Diretor Presidente; **(ii)** Sr. Rafael Holanda Moura, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador do documento de identidade nº 28.433.484-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 221.186.588-77, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, para o cargo de Diretor Financeiro; e **(iv)** Sr. André Caetano Rocha de Andrade, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador do documento de identidade nº MG 9254515 e inscrito no CPF/MF sob nº 013.272.646-76, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, para o cargo de Diretor Técnico. **5.2.** Os Diretores ora eleitos, neste ato e/ou por declaração própria, tomaram ciência de suas eleições e as aceitaram, declarando não estarem incorso em nenhum crime que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termos de Posse arquivados na sede da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. **Mesa:** João Manuel Brito Martins - Presidente da Mesa; Gabriel Monteiro dos Santos - Secretário da Mesa. **Conselheiros:** João Manuel Brito Martins; Daniel Brudeir Sarmiento; Maria Marta de Figueiredo Geraldes. JUCESP nº 303.876/25-6 em 17/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

devido voltar-se ao direcionamento estratégico da Companhia, e pelo acompanhamento de seus resultados. Nesta função, será o representante da Companhia frente aos diversos públicos e nas responsabilidades de relacionamento e políticas institucionais. **§ 2º.** Os demais Diretores serão responsáveis pelo desenvolvimento e realização dos objetivos da Companhia e exercerão a coordenação operacional dos diversos negócios, buscando maximizar sinergias e resultados. **Art. 15.** Incumbê à Diretoria: I. Elaborar o planejamento estratégico da Companhia e seu respectivo plano de execução, bem como seus programas de expansão e investimentos; II. Elaborar o portfólio de negócios da Companhia; III. Elaborar as propostas de alterações relevantes na estrutura organizacional da Companhia; IV. Fomentar e orientar a gestão dos negócios sociais e estabelecer as diretrizes básicas de sua ação executiva, inclusive no tocante aos aspectos técnicos de produção, comercialização, gestão administrativa de pessoal e financeira de expansão, bem como zelar pelo estrito cumprimento das mesmas; V. Estabelecer os critérios para o controle do desempenho empresarial da Companhia; VI. Definir e sistematizar os processos e operações, aprovar suas políticas, estratégias e diretrizes, avaliando o respectivo desempenho por seus titulares, o grau de excelência alcançado e as técnicas de gestão empregadas; VII. Aprovar e, quando for o caso, submeter aos acionistas os projetos de expansão e investimentos da Companhia, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados; VIII. Orientar e prover a capacitação e desenvolvimento profissional aos executivos estratégicos, bem como cuidar de seus planos de sucessão; IX. Promover o intercâmbio de experiências e máxima sinergia entre os processos e operações da Companhia; X. Disseminar os valores e a cultura da Companhia para todos os níveis funcionais; XI. Zelar e responder pela imagem institucional da Companhia; XII. Abrir, transferir e fechar filiais ou escritórios em qualquer ponto do país ou do exterior; XIII. Autorizar a participação em outras sociedades; XIV. Praticar atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou de qualquer forma, onerar, hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese bens e direitos da Companhia, confessar, renunciar a direito, transgir ou acordar, entre R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); XV. Adquirir, alienar (mesmo que fiduciariamente), onerar, arrendar, tomar empréstimo ou locar bens (inclusive imóveis), serviços ou direitos, em suas operações entre R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); XVI. Autorizar a captação de recursos, a contratação de empréstimos e financiamentos, inclusive mediante a emissão de títulos e valores mobiliários; a concessão de empréstimos ou outros créditos, inclusive a funcionários e administradores, entre R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); XVII. Deliberar quanto as empresas coligadas e controladas, sobre quaisquer matérias submetidas às respectivas assembleias gerais; XVIII. Deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinária e resolver os casos omissos. **Parágrafo Único.** Os diretores não darão aval, fiança, nem de qualquer forma garantirão dívidas de terceiros. **Art. 16.** Compete aos diretores representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pelos órgãos sociais. **Art. 17.** Como regra geral e ressalvas dos casos objeto dos parágrafos subsequentes, a Companhia se obriga validamente sempre que representada: I. Em conjunto, por 2 (dois) diretores; II. Em conjunto, por 1 (um) diretor e 1 (um) procurador; III. Em conjunto, por 2 (dois) procuradores; ou IV. Isoladamente, por 1 (um) diretor ou 1 (um) procurador, observados os limites fixados no § 2º abaixo; **§ 1º.** A Companhia será representada necessariamente pelo Diretor Superintendente em conjunto com 1 (um) dos demais Diretores ou com 1 (um) procurador, na prática de quaisquer atos que envolvam a Companhia em obrigações, de qualquer natureza, acima de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais). **§ 2º.** A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) diretor ou 1 (um) procurador, quando se tratar de receber e dar quitação de valores que sejam devidos a Companhia, emitir e negociar, inclusive endossar e descontar, duplicatas relativas às suas vendas, bem como nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia e da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, como autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, SINPAS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza. **§ 3º.** Na constituição de procuradores observar-se-ão as seguintes regras: I. As procurações deverão ser outorgadas pelo Diretor Superintendente em conjunto com qualquer 1 (um) dos diretores; II. As procurações serão por prazo certo, não superior a 1 (um) ano e terão poderes limitados, exceto: (a) Nos casos de representação judicial ou similar; ou (b) Quando se seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou do processo; (b) Nos casos destinados, especificamente, à obtenção, manutenção ou renovação da licença originária para o transporte rodoviário internacional de cargas, cujo prazo de vigência será limitado a 2 (dois) anos. **§ 4º.** Serão nulos e não gerarão responsabilidades para a Companhia, os atos praticados em desconformidade com as regras estabelecidas nos dispositivos precedentes. **Capítulo VII - Do Conselho Fiscal - Art. 18.** O conselho fiscal, se instalado a pedido de acionistas em assembleia geral, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e de suplentes em igual número, acionistas ou não, a serem eleitos em assembleia geral. **§ 1º.** Competem ao conselho fiscal as seguintes atribuições: I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; II. opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar em suas informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; III, opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; IV. denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; V. convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; VI. analisar, após o encerramento de cada exercício, as demonstrações financeiras do exercício social e emitir parecer pela Companhia; VII. examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; VIII. exercer as atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam; **§ 2º.** Em caso de vacância de membro do conselho fiscal eleito pelo acionista controlador, os suplentes serão convocados na ordem de sua eleição, conforme constar na ata da assembleia geral, que os eleger, e, em não havendo suplente ou vindo este a renunciar, o substituído será nomeado pelos conselheiros fiscais remanescentes, eleitos pelo acionista controlador, e cumprirá o mandato até a próxima assembleia geral, que elegerá o novo substituto. **Capítulo VIII - Do Exercício Social, dos Lucros e sua Distribuição - Art. 19.** O exercício social inicia em 1º de janeiro e encerra em 31 de dezembro de cada ano. **§ 1º.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, observados os preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras exigidas por lei: I. Balanço patrimonial; II. Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III. Demonstração do resultado do exercício; e IV. Demonstração dos fluxos de caixa. **§ 2º.** Junto com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à assembleia geral ordinária proposta sobre a destinação dos resultados. **Art. 20.** Em cada exercício, os acionistas têm direito de receber dividendo correspondente, a pelo menos, 30% do lucro líquido, ajustado nos termos do art. 202, da Lei 6.404/76. **§ 1º.** A Companhia poderá distribuir, por deliberação da Diretoria, ouvido o conselho fiscal, se em funcionamento: I. Dividendos intercalares, com base nos lucros apurados em balanços semestrais ou, respeitados os preceitos legais, em periodicidade inferior; e II. Dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados de exercícios anteriores ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. **§ 2º.** O valor dos juros pagos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos tributatórios distribuídos pela Companhia. **Art. 21.** A assembleia geral ordinária, mediante proposta da Diretoria, poderá fixar, em cada ano, respeitadas as eventuais limitações da legislação aplicável, o valor a atribuir à participação dos empregados e administradores nos lucros do exercício, depois de feitas as deduções legais e estatutárias. **Art. 22.** Ao deliberar sobre a destinação do lucro líquido, a assembleia geral ordinária observará as seguintes prioridades: I. 5% do referido lucro para constituição de reserva legal, até os limites fixados no art. 193, da Lei 6.404/76; II. a quantia necessária para distribuição do dividendo obrigatório; e III. o saldo para livre aplicação pela assembleia geral. **Parágrafo Único.** A Diretoria poderá propor, e a assembleia geral deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, uma parcela de no menos 5% para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios: I. sua constituição não prejudicará o direito dos acionistas de receber o dividendo obrigatório previsto no art. 20, supra; II, seu saldo, em conjunto com o saldo das reservas legais e estatutárias, não poderá ser superior ao valor das reservas legais e estatutárias; III. a distribuição de lucros, exceto as reservas legais e estatutárias, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso; III, a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: a. na absorção de prejuízos, sempre que necessário; b. na distribuição de dividendos, a qualquer momento; c. nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e d. na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas. **Art. 23.** Os dividendos serão pagos na forma e no prazo previstos em lei. **Capítulo IX - Da Liquidação - Art. 24.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da assembleia geral, cabendo a esta, em qualquer caso, estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidadores e os membros do conselho fiscal que deverão funcionar no período de liquidação e fixar-lhes a remuneração."



### EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 04.149.295/0001-13 - NIRE nº 3530055495-7

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de Junho de 2022**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 15 de julho de 2022, às 17:00 horas, na sede social da EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 6, Lapa de Baixo, Cep 05069-900. **2. Convocação e Presença:** Presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação desta Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral"), nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, que nomeou a Sra. Michele A. Cardoso Peres para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** O Sr. Presidente da Mesa informou a todos que a presente Assembleia Geral tinha por finalidade deliberar sobre a alteração dos Limites e Valores de Alçada da Administração da Companhia, previsto na alínea "(g.1)", do item "(g)", e no "parágrafo único" do "Regulamento de Competências dos Órgãos de Administração" da Companhia, aprovado em 13 de fevereiro de 2020. **5. Deliberações:** Dando prosseguimento aos trabalhos, a acionista da Companhia deliberou o quanto segue: **5.1.** No seguimento da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada na presente data, a acionista aprovou a proposta de alteração dos Limites e Valores de Alçada do Conselho de Administração da Companhia, previsto na alínea "(g.1)", do item "(g)", e no "parágrafo único" o "Regulamento de Competências dos Órgãos de Administração" da Companhia, aprovado em 13 de fevereiro de 2020, que estabelece e regulamenta as competências específicas dos órgãos de administração da Companhia, quais sejam Conselho de Administração e Diretoria, os quais passam a vigorar, a partir da presente data, com as seguintes novas redações: "(g) contratação que importe desembolso de capital, não expressamente abrangida pelos sub-ítem anteriores e excluídas as aplicações financeiras, relacionada a: (g.1) comercialização de energia, de valor superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais) (considerado o ato isoladamente ou o conjunto de atos que estejam em vigor de mesma natureza, mesmas partes e objeto); (...)" **Parágrafo Único.** Os contratos de comercialização de energia (compra e venda, considerando o ato isoladamente ou o conjunto de atos que estejam em vigor de mesma natureza, mesmas partes e objetos), quando inferiores à R\$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais) estarão dispensados de decisão colegiada da Diretoria, sem prejuízo à necessária concordância de dois Diretores. **" 5.2.** Em decorrência das deliberações supra mencionadas, e sem prejuízo das demais matérias cuja competência é atribuída por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, os Limites e Valores de Alçada do Conselho de Administração da Companhia, constante do "Regulamento de Competências dos Órgãos de Administração" da Companhia, aprovado em 13 de fevereiro de 2020, passará a ter as seguintes previsões específicas: "(a) contratação de financiamentos, empréstimos e/ou outras obrigações financeiras, de valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (considerado o ato isoladamente ou o conjunto de atos que estejam em vigor de mesma natureza, mesmas partes e objetos); (b) repactuação de termos e condições, incluindo prorrogação do vencimento ou liquidação antecipada, de financiamentos, empréstimos e/ou outras obrigações financeiras pré-existentes, de valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); (c) concessão de financiamentos, empréstimos, adiantamentos de capital ou de outra natureza, a terceiros e/ou a Controladas, de valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (considerado o ato isoladamente ou o conjunto de atos que estejam em vigor de mesma natureza, mesmas partes e objeto); (d) prestação de garantias em favor de terceiros de valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (considerado o ato isoladamente ou o conjunto de atos que estejam em vigor de mesma natureza, mesmas partes e objeto); (e) alienação ou oneração de direitos, bens móveis ou imóveis, incluindo participação societárias, de valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (considerado o ato isoladamente ou o conjunto de atos que estejam em vigor de mesma natureza, mesmas partes e objeto); (f) investimento, de natureza permanente, por aquisição ou outra forma, em outra sociedade, associação, consórcio ou conjunto de bens e direitos que constituam empreendimento, de valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (considerado o ato isoladamente ou o conjunto de atos que estejam em vigor de mesma natureza, mesmas partes e objeto); (g) contratação que importe desembolso de capital, não expressamente abrangida pelos sub-ítem anteriores e excluídas as aplicações financeiras, relacionada a: (g.1) comercialização de energia, de valor superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais) (considerado o ato isoladamente ou o conjunto de atos que estejam em vigor de mesma natureza, mesmas partes e objeto); (g.2) serviços, aquisições, investimentos em bens e direitos ou despesas em geral, no curso ordinário dos negócios da Companhia e/ou necessárias à consecução de suas atividades, de valor superior a R\$100.000,00 (cem mil reais) (considerado o ato isoladamente ou o conjunto de atos que estejam em vigor de mesma natureza, mesmas partes e objeto); e (g.3) serviços, aquisições, investimentos em bens e direitos ou despesas em geral, extraordinários e/ou acessórios às atividades da Companhia, de valor superior a R\$100.000,00 (cem mil reais) (considerado o ato isoladamente ou o conjunto de atos que estejam em vigor de mesma natureza, mesmas partes e objeto). **Parágrafo Único.** Os contratos de comercialização de energia (compra e venda, considerando o ato isoladamente ou o conjunto de atos que estejam em vigor de mesma natureza, mesmas partes e objetos), quando inferiores à R\$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais) estarão dispensados de decisão colegiada da Diretoria, sem prejuízo à necessária concordância de dois Diretores. **" 6. Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à impressão desta ata em lote de folhas soltas, em forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a qual após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **Presidente da Mesa:** João Manuel Veríssimo Marques da Cruz. **Secretária da Mesa:** Michele A. Cardoso Peres. **Acionista:** EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A., neste ato representada por seu Diretor Presidente Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, e por seu Diretor Vice-Presidente de Clientes Sr. Carlos Emanuel Baptista Andrade. *Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original.* **Michele A. Cardoso Peres** - Secretária da Mesa. JUCESP nº 306.344/25-7 em 01/09/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



### PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

**PREGAO ELETRÔNICO N.º 013/25 – Objeto:** Registro de Preços para eventual fornecimento de insumos médico-hospitalares, para atender a demanda gerada pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência deste Edital, do tipo **MENOR VALOR TOTAL DO ITEM. CADASTRAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastros de Propostas Iniciais: 09h00 do dia 04/09/2025 até às 09h00 do dia 15/09/2025. Abertura de Propostas Iniciais: 15/08/2025 às 09h05. O edital na íntegra estará à disposição dos interessados no site: [www.novobblmnet.com.br](http://www.novobblmnet.com.br) no site para Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista ou solicitado pelo e-mail: [pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br](mailto:pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br). Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11)4039-1746/4039-1747 ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

**OMACIR ANTONIO BRESANELI**  
Secretário Municipal de Saúde



### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**ANDRÉ GASPARINI SPADARO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 260/2025**  
**PROCESSO N.º 21.479/2025 - UASG 986249 N.º COMPRA 90260/2025**  
**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE DECORAÇÃO/BIJUTERIA. DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 03 DE SETEMBRO DE 2025. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16 DE SETEMBRO DE 2025 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). O edital completo poderá ser retirado pelo site: [www.botucatu.sp.gov.br](http://www.botucatu.sp.gov.br) ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: [copel@botucatu.sp.gov.br](mailto:copel@botucatu.sp.gov.br).



### EDP Transmissão Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 25.022.221/0001-91 - NIRE nº 3530054372-6

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2025**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 01 de Junho de 2025, às 18:00 horas, na sede social da EDP TRANSMISSÃO LITORAL SUL S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 37 Lapa de Baixo, São Paulo/SP. **2. Presença:** A reunião do Conselho de Administração foi instalada com a presença do Presidente do Conselho de Administração Sr. João Manuel Brito Martins; do Vice-Presidente do Conselho de Administração, Sr. Daniel Brudeir Silveira Sarmiento; e da Conselheira Sra. Maria Marta de Figueiredo Geraldes, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. João Manuel Brito Martins, que escolheu o Sr. Gabriel Monteiro dos Santos para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** O Sr. Presidente esclareceu que a reunião tinha por finalidade deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Iniciados os trabalhos, os membros do Conselho de Administração deliberaram o quanto segue: **5.1.** Tendo em vista o vencimento do mandato da atual Diretoria da Companhia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, aprovaram a eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia para um novo mandato unificado, com efeitos a partir da presente data e vigente até a realização da primeira Reunião do Conselho de Administração a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária que apurar as contas de 31 de dezembro de 2025, tendo sido eleitos os Senhores: **(i)** Sr. Daniel Brudeir Silveira Sarmiento, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 44.959.207-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 369.626.458-05, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, para o cargo de Diretor Presidente; **(ii)** Sr. Rafael Holanda Moura, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador do documento de identidade nº 28.433.484-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 221.186.588-77, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, para o cargo de Diretor Financeiro; e **(iv)** Sr. André Caetano Rocha de Andrade, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador do documento de identidade nº MG 9254515 e inscrito no CPF/MF sob nº 013.272.646-76, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, para o cargo de Diretor Técnico. **5.2.** Os Diretores ora eleitos, neste ato e/ou por declaração própria, tomaram ciência de suas eleições e as aceitaram, declarando não estarem incorso em nenhum crime que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termos de Posse arquivados na sede da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. **Mesa:** João Manuel Brito Martins - Presidente da Mesa; Gabriel Monteiro dos Santos - Secretário da Mesa. **Conselheiros:** João Manuel Brito Martins; Daniel Brudeir Sarmiento; Maria Marta de Figueiredo Geraldes. JUCESP nº 303.876/25-6 em 17/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



### UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto - USP**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2025**  
Acha-se aberto na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto - USP o Prego Eletrônico 90008/2025, Processo nº 154.0000668/2025-26, visando a **Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de**